



# Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento Sicredi Evolução**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução**  
João Pessoa - PB

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC-RS062793/O-8

## Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

### *Cenário Econômico*

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionaria. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

### *Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera*

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto. Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Fizemos a união estratégica com a Sicredi Piauí, fortalecendo os laços de união e ampliando a nossa área de ação para os já 173 municípios na Paraíba adicional mais 224 cidades do Estado do Piauí. Com isso, fizemos todo o processo de incorporação que inclui a realização de Assembleia Conjunta e migração das contas. O resultado foi a composição de uma Sicredi Evolução ainda mais forte.

Ampliamos a nossa rede de atendimento com a inauguração de duas novas agências, nas cidades de Monteiro – PB e Bananeiras PB. No que diz respeito a reformas, renovamos a Agência Hospital Unimed com o layout padrão Sicredi e, na Agência Campina Grande, renovamos os ambientes e instalamos um espaço do tio coworking com cafeteria.

No quesito produtos não-financeiros, promovemos campanha interna e alcançamos números espetaculares nos produtos poupança, consórcios e seguros de vida. Para divulgar nossos produtos, estivemos presentes em eventos importantes de negócios na Paraíba.

Para divulgar a nossa marca, instalamos um relógio personalizado Sicredi nas cidades de Guarabira, Bananeiras e Itabaiana na Paraíba.

De maneira sistêmica, implantamos o Homebroker Sicredi, Appley Pay, o pix recorrente e o fomos piloto do Shopping Sicredi.

### **Valorizamos as pessoas e a diversidade**

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

- Cooperação na Ponta do Lápis: atuamos fortemente na implantação da Jornada de Educação Financeira nas escolas: fizemos a jornada em 21 escolas, capacitando 248 professores e impactando mais de 2.270 alunos em 11 cidades na Paraíba. Provemos outras ações do Cooperação na Ponta do Lápis realizando 48 iniciativas ao longo de 2022 e trabalhamos os públicos de colaboradores, investidores, pessoas físicas, crianças através de palestras e oficinas, com destaque para 27 ações durante a realização da 9ª Semana ENEF.

- Comitê Mulher: Completamos o primeiro ano de implantação finalizando as formações e participando do Programa Piloto da Plataforma de Cursos da Fundação Sicredi. Além das formações, o comitê Mulher Sicredi Evolução realizou significativas ações: Webinar Internacional com o tema “O Contexto das mulheres no Brasil e em Portugal”; "Mães à obra", ação social de empoderamento das mães de autistas; “Evoluir Juntas”, educação financeira e ação de saúde às mulheres de uma cooperativa do interior da Paraíba. Outra ação importante foi a viagem das coordenadoras para Porto Alegre para conhecer a Fundação Sicredi, o Centro Administrativo e a Sicredi Pioneira, possibilitando maior conhecimento sobre a história do cooperativismo.

- Comitê Jovem: Implantamos o Comitê Jovem em 2022 reafirmando o compromisso de formar lideranças jovens, com a realização da primeira reunião com os líderes juntamente com a Fundação Sicredi visando alinhar o entendimento e objetivos do referido comitê.

- Comitê de Sustentabilidade: Implantado em 2022 seguindo recomendações de composição da Fundação Sicredi, o Comitê construiu um plano de ação visando aprimorar os indicadores do Referencial de Sustentabilidade da Cooperativa.

- Programa Crescer: Tivemos 26 turmas no Programa Crescer, sendo formação de associados e de colaboradores. Todas as agências e cidades realizam o encontro crescer, onde os associados passam pela formação entendendo um pouco mais sobre o cooperativismo e a cooperativa. Em relação à formação para colaboradores, bimestralmente realizamos a reciclagem com os multiplicadores do programa, e semestralmente é feita a formação com os novos colaboradores.

- Ações solidárias: Nesse ano fizemos o DIA C com a ação intitulada “Cooperação na praça” e um trabalho bastante coordenado, foram realizadas ações sociais em todas as cidades em que a Cooperativa tem agência: João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cabedelo, Santa Rita, Mamanguape, Monteiro, Sapé, Guarabira, Solânea e Bananeiras, incluindo atividades como aferição de pressão arterial, teste de glicemia, vacinação contra a Covid, educação financeira para crianças e adolescentes, espaço kids, corte de cabelo, aulas de ginásticas, doação de cestas básicas, doação de cadeiras de rodas etc. As atividades aconteceram de forma gratuita e abertas à comunidade e impactaram em torno de 1.500 pessoas. Natal + Solidário: ação social importante de final do ano, com doações e atividades que contribuem para um mundo melhor. Em 2022 tivemos doações de presentes e/ ou material escolar para crianças e doações de alimentos e/ou kits de higiene para instituições assistenciais, realizada em todas as cidades em que temos agências físicas, tanto na Paraíba e também no Piauí.

### **Reconhecimentos**

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.☑

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução  
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

ATIVO			31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO			31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			2.638.126	2.277.448	PASSIVO			2.149.632	1.784.950
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)		8.851	7.575	DEPÓSITOS	(Nota 11)		1.929.833	1.640.393
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			2.640.296	2.279.062	Depósitos à vista			263.052	274.360
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)		107.399	48.743	Depósitos de poupança			699	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)		50.736	45.667	Depósitos interfinanceiros			49.235	7.642
Centralização financeira	(Nota 04)		873.655	773.743	Depósitos a prazo			1.616.847	1.358.391
Relações interfinanceiras ativas			48	-	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			65.781	26.581
Operações de crédito	(Nota 07)		1.489.352	1.321.560	Relações interfinanceiras	(Nota 12)		62.685	26.045
Outros ativos financeiros	(Nota 08)		119.106	89.349	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)		2.051	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)		(67.010)	(62.407)	Outros passivos financeiros	(Nota 14)		1.045	536
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)		17.200	16.320	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)		43.446	35.471
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)		37.167	35.997	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)		110.572	82.505
INTANGÍVEL	(Nota 10)		1.622	901					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)		488.494	492.498
					CAPITAL SOCIAL			371.984	356.025
					RESERVAS DE SOBRAS			95.520	95.379
					SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS			20.990	41.094
TOTAL DO ATIVO			2.638.126	2.277.448	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.638.126	2.277.448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
**(Em milhares de Reais)**

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução**  
**CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31**

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>175.538</b>	<b>315.471</b>	<b>193.338</b>
Operações de crédito (Nota 07)	113.939	209.613	158.465
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.754	10.691	2.811
Ingressos de depósitos intercooperativos	54.845	95.167	32.062
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(111.771)</b>	<b>(196.357)</b>	<b>(68.393)</b>
Operações de captação no mercado (Nota 20)	(104.529)	(181.926)	(57.085)
Operações de empréstimos e repasses	(2.439)	(3.639)	(1.007)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.803)	(10.792)	(10.301)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>63.767</b>	<b>119.114</b>	<b>124.945</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.490)</b>	<b>(56.024)</b>	<b>(56.085)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	13.861	23.948	18.284
Rendas de tarifas bancárias	4.497	8.171	7.287
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(24.397)	(45.036)	(38.457)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(17.742)	(33.543)	(30.631)
Dispêndios e despesas tributárias	(210)	(339)	(169)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	29.439	17.032	10.344
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(14.938)	(26.257)	(22.743)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>54.277</b>	<b>63.090</b>	<b>68.860</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>54.277</b>	<b>63.090</b>	<b>68.860</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(2.218)</b>	<b>(4.323)</b>	<b>(2.991)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>52.059</b>	<b>58.767</b>	<b>65.869</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução

CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2021</b>	<b>341.899</b>	<b>78.560</b>	-	<b>40.298</b>	<b>460.757</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(29.823)	(29.823)
Destinações para reservas	-	4.028	-	(4.028)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.088)	(1.088)
Outras destinações	-	-	-	(82)	(82)
Capital de associados					
Aumento de capital	39.811	-	-	-	39.811
Baixas de capital	(25.685)	-	-	-	(25.685)
Resultado do exercício	-	-	-	65.869	65.869
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.558)	(2.558)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(14.703)	(14.703)
Reserva legal - Estatutária	-	12.791	-	(12.791)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>356.025</b>	<b>95.379</b>	-	<b>41.094</b>	<b>492.498</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>14.126</b>	<b>16.819</b>	-	<b>796</b>	<b>31.741</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2022</b>	<b>356.025</b>	<b>95.379</b>	-	<b>41.094</b>	<b>492.498</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(29.364)	(29.364)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Outras destinações	-	-	-	(166)	(166)
Saldo de incorporação	10.551	998	151	(5.704)	5.996
Capital de associados					
Aumento de capital	45.590	-	-	-	45.590
Baixas de capital	(40.182)	-	-	-	(40.182)
Reversões de reservas	-	(5.704)	(151)	5.855	-
Resultado do exercício	-	-	-	58.767	58.767
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(808)	(808)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(42.762)	(42.762)
Reserva legal - Estatutária	-	4.847	-	(4.847)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>371.984</b>	<b>95.520</b>	-	<b>20.990</b>	<b>488.494</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>15.959</b>	<b>141</b>	-	<b>(20.104)</b>	<b>(4.004)</b>
<b>Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)</b>	<b>353.234</b>	<b>95.379</b>	-	<b>17.197</b>	<b>465.810</b>
Saldo de incorporação	10.551	998	151	(5.704)	5.996
Capital de associados					
Aumento de capital	24.936	-	-	-	24.936
Baixas de capital	(16.737)	-	-	-	(16.737)
Reversões de reservas	-	(5.704)	(151)	5.855	-
Resultado do semestre	-	-	-	52.059	52.059
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(808)	(808)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(42.762)	(42.762)
Reserva legal - Estatutária	-	4.847	-	(4.847)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>371.984</b>	<b>95.520</b>	-	<b>20.990</b>	<b>488.494</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>18.750</b>	<b>141</b>	-	<b>3.793</b>	<b>22.684</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução**  
**CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31**

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>57.539</b>	<b>67.423</b>	<b>77.721</b>
Resultado do semestre/exercício	52.059	58.767	65.869
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>5.480</b>	<b>8.656</b>	<b>11.852</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.982	4.857	10.301
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(43)	(6)	368
Depreciação e amortização	2.111	4.030	3.379
Baixas do ativo permanente	134	180	65
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.895)	404	297
Destinações ao FATES	(809)	(809)	(2.558)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(7.664)</b>	<b>64.709</b>	<b>789</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(23.392)	(58.656)	78.055
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	921	(3.348)	(706)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	15.094	1.099	-
(Aumento) em operações de crédito	(93.437)	(130.042)	(225.168)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	8.268	35.091	14.031
(Aumento) em outros ativos financeiros	(15.656)	(21.013)	(24.474)
(Aumento) em outros ativos	(239)	(674)	(2.754)
Aumento em depósitos	96.386	218.200	131.205
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(601)	473	189
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(389)	(389)	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(695)	(1.400)	(1.091)
Aumento em outros passivos	6.076	25.368	31.502
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>49.875</b>	<b>132.132</b>	<b>78.510</b>
Aquisição de imobilizado de uso	(1.321)	(2.985)	(5.701)
Aplicações no intangível	(706)	(958)	(751)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(2.027)</b>	<b>(3.943)</b>	<b>(6.452)</b>
Integralização de capital	24.936	45.590	39.811
Baixa de capital	(16.737)	(40.182)	(25.685)
Juros ao capital próprio	(42.762)	(42.762)	(14.703)
Distribuição de Sobras	-	(30.605)	(30.993)
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporação	40.958	40.958	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>6.395</b>	<b>(27.001)</b>	<b>(31.570)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>54.243</b>	<b>101.188</b>	<b>40.488</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	828.263	781.318	740.830
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	882.506	882.506	781.318

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução**  
**CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31**

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	52.059	58.767	65.869
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	52.059	58.767	65.869

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 26/04/1993 e sede situada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 410, na cidade de João Pessoa - Paraíba. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 27 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 13/10/2022, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí - Sicredi Piauí.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 ,33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

**a) Incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí - Sicredi Piauí**

Em 13 de outubro de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária Conjunta a incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí - Sicredi Piauí . A incorporação foi realizada com base em relatório da Comissão Mista, compreendendo relatório geral, levantamento patrimonial, balanço geral, relatório de opinião das auditorias externas e interna e os pareceres dos respectivos conselhos fiscais das cooperativas, com data-base de 30 de setembro de 2022. A incorporação foi realizada ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, considerando as oportunidades e perspectivas que a junção proporcionará.

Devido à incorporação da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí - Sicredi Piauí, alguns grupos podem apresentar variações relevantes em relação ao exercício anterior devido aos saldos contábeis da Cooperativa incorporada.

Apresentamos abaixo os saldos incorporados em 17 novembro de 2022 e que impactaram as Demonstrações Financeiras da Cooperativa:

BALANÇO PATRIMONIAL	Saldo de Incorporação
ATIVO	92.932
DISPONIBILIDADES	1.043
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	95.466
Títulos e valores mobiliários	1.721
Centralização Financeira	39.915
Relações interfinanceiras ativas	1.147
Operações de crédito	43.939
Outros ativos financeiros	8.744
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(5.935)
OUTROS ATIVOS	201
IMOBILIZADO DE USO	2.009
INTANGÍVEL	148
PASSIVO	86.936
DEPÓSITOS	71.240
Depósitos à vista	16.104
Depósitos a prazo	55.136
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.025
Relações interfinanceiras	1.549
Obrigações por empréstimos	2.440
Outros passivos financeiros	36
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	2.105
OUTROS PASSIVOS	9.566
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.996
CAPITAL SOCIAL	10.551
RESERVAS DE SOBRAS	1.149
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(5.704)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (279) (2021 - R\$ (1.557)) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

**i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**j) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**k) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

**l) Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

**m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses**

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die* , segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

**o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstração Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	8.851	7.575
Centralização financeira	873.655	773.743
Total	882.506	781.318

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 101%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	41.076	56.385	97.461	48.743
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	9.938	9.938	-
Total	-	41.076	66.323	107.399	48.743

Total circulante	41.076	-
Total não circulante	66.323	48.743

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	406	1.114	2.533	4.053	706
Participações de Cooperativas	-	-	46.683	46.683	44.961
Total	406	1.114	49.216	50.736	45.667

Total circulante	1.520	706
Total não circulante	49.216	44.961

A partir de julho de 2022 o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	5.639	5.448
Sicredi Fundos Garantidores	3	2
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	41.038	39.509
Outros - Corretora NNE	3	2
Total	46.683	44.961

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	1.721.829 ON	1.663.450 ON	3	2	41.038.204	39.509.239
	3.916.699 PN	3.783.850 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,26%	1,86%	1,24%	24,73%	23,81%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	165.967	165.967
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	176.667	173.677
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	(2.660)	1.807
Valor das participações das cooperativas	5.639	5.448	3	2	41.038	39.509

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	12.295	118.559	258.887	908.953	1.298.694
Financiamentos	458	11.804	31.383	94.187	137.832
Financiamentos rurais e agroindustriais	406	6.234	15.536	28.889	51.065
Financiamentos habitacionais	-	35	109	1.617	1.761
Total das operações de crédito	13.159	136.632	305.915	1.033.646	1.489.352
Avais e fianças honrados (Nota 08)	49	-	-	-	49
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	51.307	19.861	76	71.244
Total de outros créditos	49	51.307	19.861	76	71.293
Carteira total	13.208	187.939	325.776	1.033.722	1.560.645

Total circulante	526.923	413.958
Total não circulante	1.033.722	959.517



Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022 passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	9.842	15.069	-	-
A	0,50	1.060.524	982.776	5.303	4.914
B	1,00	242.607	155.404	2.426	1.554
C	3,00	109.501	87.453	3.285	2.624
D	10,00	62.875	61.914	6.287	6.191
E	30,00	27.638	23.797	8.291	7.139
F	50,00	6.953	8.082	3.477	4.041
G	70,00	9.213	10.120	6.449	7.084
H	100,00	31.492	28.860	31.492	28.860
Total		1.560.645	1.373.475	67.010	62.407

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 29.549 (dezembro de 2021 - R\$ 10.890) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 643 (dezembro de 2021 - R\$ 108) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	6.699	114.789	181.574	788.826	1.091.888	1.005.716
Rural	406	6.234	15.536	28.889	51.065	18.726
Industrial	104	1.749	4.331	6.924	13.108	8.726
Comércio	3.425	29.248	44.375	80.675	157.723	139.524
Habitacional	-	35	109	1.617	1.761	-
Pessoas jurídicas	2.574	35.884	79.851	126.791	245.100	200.783
Total	13.208	187.939	325.776	1.033.722	1.560.645	1.373.475

Total circulante	526.923	413.958
Total não circulante	1.033.722	959.517

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	87.638	5,62	76.823	5,59
50 devedores seguintes	109.938	7,04	94.587	6,89
100 devedores seguintes	91.433	5,86	83.402	6,07
Demais	1.271.636	81,48	1.118.663	81,45
Total	1.560.645	100,00	1.373.475	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	61.282	62.407	58.445
Constituição de provisão	22.398	41.711	42.360
Reversão de provisão	(17.595)	(30.919)	(32.059)
Movimentação de baixados para prejuízo	925	(6.189)	(6.339)
Saldo final	67.010	67.010	62.407

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	98.011	181.628	134.270
Financiamentos	10.072	18.332	12.054
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.950	2.852	1.155
Financiamentos habitacionais	11	11	-
Outros	5	8	-
Subtotal	110.049	202.831	147.479
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	3.890	6.782	10.986
Total	113.939	209.613	158.465

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 128.019 (2021 - R\$ 79.337).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	71.244	51.911
Rendas a receber	5.961	2.250
Avais e fianças honrados (Nota 07)	49	4
Transações com cartão de crédito	5.573	4.591
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	36.279	30.593
Total	119.106	89.349

Total circulante	82.752	58.705
Total não circulante	36.354	30.644

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	2.092	3.471
Adiantamentos e antecipações salariais	194	123
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	359	157
Adiantamentos para Confederação Sicredi	596	424
Impostos e contribuições a compensar	92	91
Pendências a regularizar	862	535
Valores em análise pela SFG	131	7
Outros	179	305
Total circulante	4.505	5.113
Outros valores e bens	12.695	11.207
Total não circulante	12.695	11.207
Total	17.200	16.320

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	15.599	15.539
Imóveis	15.599	15.539
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(917)	(923)
Material em estoque	8	-
Despesas antecipadas	97	62
Total	14.787	14.678

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(923)	(555)
Constituição de provisão	(122)	(368)
Reversão de provisão	128	-
Saldo final	(917)	(923)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	55.744	(18.577)	37.167	35.997
Imobilizações em curso	-	1.149	-	1.149	2.027
Terrenos	-	4.522	-	4.522	4.160
Edificações	4%	22.299	(6.260)	16.039	15.626
Instalações	10%	2.370	(1.927)	443	510
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	8.048	(2.281)	5.767	5.023
Móveis e equipamentos	10%	9.582	(3.773)	5.809	5.200
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.149	(746)	1.403	1.253
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.993	(3.264)	1.729	1.754
Veículos	20%	632	(326)	306	444
Intangível		3.143	(1.521)	1.622	901
Investimentos Confederação	20%	2.192	(570)	1.622	897
Outros ativos intangíveis	20%	951	(951)	-	4

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	263.052	-	-	263.052	274.360
Depósitos de poupança	699	-	-	699	-
Depósitos interfinanceiros	5.059	29.929	14.247	49.235	7.642
Depósitos a prazo	27.710	69.284	1.519.853	1.616.847	1.358.391
Total	296.520	99.213	1.534.100	1.929.833	1.640.393
Total circulante				395.733	345.788
Total não circulante				1.534.100	1.294.605

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	62.680	26.045
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5	-
Total	62.685	26.045

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.183	15.531	28.415	50.129	18.436
Total - Recursos do Crédito Rural	6.183	15.531	28.415	50.129	18.436
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	663	4.722	7.166	12.551	7.609
Total - Outros Recursos	663	4.722	7.166	12.551	7.609
-					
Total	6.846	20.253	35.581	62.680	26.045
Total circulante				27.099	7.904
Total não circulante				35.581	18.141

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 12,42% a.a. com vencimentos até 30/05/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	216	-	-	216	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	497	1.338	1.835	-
Total	216	497	1.338	2.051	-
Total circulante				713	-
Total não circulante				1.338	-

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pela Cooperativa Central, operam com uma taxa até 12,42% a.a. com vencimento até 30/05/2032.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	137	24
Recursos em trânsito de terceiros	402	428
Total circulante	539	452
Provisão para garantias financeiras prestadas	506	84
Total não circulante	506	84
Total	1.045	536

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	545	-
Cível	Provável	613	654
Tributária	Provável	42.288	34.817
Total não circulante		43.446	35.471

Natureza	31/12/2021	Saldo Incorporada Sicredi Piauí	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	-	100	445	-	545
Cível	654	-	159	(200)	613
Tributária	34.817	2.005	5.466	-	42.288
Total não circulante	35.471	2.105	6.070	(200)	43.446

Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído provisão de R\$ 42.288 (em dezembro de 2021 - R\$ 34.817) em ações que discutem a legalidade da cobrança do imposto de renda sobre juros ao capital e sobre sobras. Este montante é retido dos associados e depositado em juízo, dessa forma não impacta o resultado das Cooperativas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía 16 processos de natureza cível e 7 processos de natureza tributária cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 429 e R\$ 62, respectivamente. Em dezembro de 2021 os valores eram os seguintes: R\$ 419 cível e R\$ 0 tributária.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 36.278 (dezembro de 2021 - R\$ 30.593), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	77.928	56.312
Provisão para pagamentos a efetuar	5.327	3.901
Cotas de capital a pagar	10.081	8.869
Provisão para participações nos lucros	2.208	1.593
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.176	6.519
Fundos voluntários	920	238
Impostos e contribuições a recolher	2.106	1.567
Credores diversos	5.357	2.520
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	951	-
Cobrança e arrecadação de tributos	350	406
Pendências a regularizar	168	580
Total	110.572	82.505

Total circulante	110.520	82.505
Total não circulante	52	-

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	371.984	356.025
Total de associados	45.366	36.097

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do capital social foi de R\$ 15.959 (dezembro de 2021 – R\$ 14.126), sendo R\$ 45.590 (dezembro de 2021 – R\$ 39.811) via integralização de quotas-partes e R\$ 10.551 via incorporação (dezembro de 2021 – R\$ 0). No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 40.182 (dezembro de 2021 – R\$ 25.685).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,68% em Conta Corrente, no montante de R\$ 42.762 (dezembro de 2021 – R\$ 14.703), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, tendo como base de calculo o resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 30% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Os resultados são distribuídos e apropriados conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	63.090	68.860
Participação nas sobras	(4.323)	(2.991)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	58.767	65.869
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(24.094)	(29.641)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	24.209	30.342
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	17.533	6.616
Demais adições e exclusões previstas na legislação	66	81
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	107.399	48.743
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	50.736	45.667
Centralização financeira (Nota 04)	873.655	773.743
Outros ativos financeiros (Nota 08)	709	405
Outros ativos (Nota 09)	596	424
Intangível (Nota 10)	1.622	897
<b>Passivo</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	49.235	7.642
Relações interfinanceiros (Nota 12)	62.680	26.045
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.051	-
Outros passivos (Nota 16)	73.745	53.971
<b>Receitas</b>		
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)	10.691	2.811
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	1.693	266
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	155	31
Ingressos de depósitos intercooperativos	95.167	32.062
<b>Despesas</b>		
Operações de captação no mercado (Nota 20)	3.173	105
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)	3.639	1.007
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.023	850
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	10.688	8.944

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	247	0,09%	386
Depósitos a prazo	5.374	0,33%	6.500
Operações de crédito	2.005	0,13%	1.483

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	5.359	4.584

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos de poupança	16	20	-
Depósitos interfinanceiros	2.441	3.173	105
Depósitos a prazo	100.698	176.102	54.654
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	1.374	2.631	2.326
Total	104.529	181.926	57.085

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	6.069	11.232	7.854
Cobrança	1.560	2.874	2.119
Comissões	26	26	14
Consórcios	1.132	1.889	1.290
Convênios	183	366	353
Distribuição de produtos e serviços bancários	1.101	1.532	142
Processamento da compensação	35	65	73
Seguros	1.457	2.670	2.541
Taxas e tarifas	139	288	293
Serviços de pagamento	181	299	62
Antecipação de recebíveis	1.842	2.481	3.260
Outros serviços	136	226	283
Total	13.861	23.948	18.284

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	14.489	26.828	22.788
Benefícios	4.386	8.510	7.533
Encargos sociais	5.478	9.645	8.094
Treinamentos	44	53	42
Total	24.397	45.036	38.457

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	226	574	716
Aluguéis	1.096	2.215	1.770
Comunicação	364	747	712
Manutenção e conservação	888	1.843	1.779
Material de expediente	179	371	381
Processamento dados	1.443	2.519	1.436
Propaganda e publicidade	239	441	186
Promoções e relações públicas	931	1.617	1.148
Serviços do sistema financeiro	1.294	2.649	3.873
Assessoria e consultoria	294	546	260
Serviços de terceiros	466	1.029	998
Serviços de técnicos especializados	3.060	6.382	5.134
Serviços de vigilância e segurança	841	1.400	1.049
Serviços de transportes	697	1.293	964
Depreciação	1.905	3.689	3.208
Amortização (Rateio Confederação)	205	337	161
Amortização outros ativos intangíveis	1	4	10
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.506	2.211	1.111
Emolumentos e taxas diversas	542	1.237	2.114
Ressarcimento tarifas	576	595	32
Seguros	32	53	1.421
Outras despesas administrativas	957	1.791	2.168
Total	17.742	33.543	30.631

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.506	2.211	1.091
Utilização de fundos voluntários	173	392	1.006
Lucros na alienação de valores e bens	292	1.003	536
Recuperação de encargos e despesas	401	762	664
Reversão de provisões operacionais	20.883	2.168	439
Reversão de provisões impostos folha	1.129	1.509	1.240
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	48	58	569
Reversão de provisões para passivos contingentes	139	200	233
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.176	2.244	1.739
Juros ao capital - Central Sicredi Norte/Nordeste	2.631	4.771	1.759
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	277	450	167
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	375	756	105
Outras rendas operacionais	409	508	796
Total	29.439	17.032	10.344

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	239	410	868
Contribuições Cooperativistas	85	170	148
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	223	429	254
Contribuição Confederação Sicredi	4.232	7.535	6.206
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	950	1.867	1.862
Provisões para garantias financeiras prestadas	442	575	641
Provisões para passivos contingentes	593	604	530
Outras provisões operacionais	960	1.667	1.687
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.065	5.466	3.294
Risco operacional	506	888	110
Tarifa serviços folha pagamento servidores	615	1.236	1.147
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	371	664	71
Seguro prestamista	1.398	2.734	1.097
Outras provisões não operacionais	787	1.181	3.853
Outras despesas operacionais	472	831	975
Total	14.938	26.257	22.743

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	52.059	58.767	65.869
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	52.059	58.767	65.869

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	29.549	10.890
Total	29.549	10.890

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.



VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistemico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	481.233	486.149
Nível I (NI)	481.233	486.149
Capital principal - CP	481.233	486.149
Capital social	371.984	356.025
Reservas de capital	95.520	95.379
Sobras acumuladas	20.990	41.094
Ajustes Prudenciais	(7.261)	(6.349)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.654.912	1.468.446
Índice de Basileia (PR / RWA)	29,08%	33,11%
Situação de Imobilização (Imob)	37.167	35.997
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,72%	7,40%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

NOTA 32 – TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Os saldos que não impactaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão abaixo apresentados e são oriundos da incorporação realizada no exercício, conforme Nota 02a:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.721
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ATIVAS	1.147
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43.939
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	8.744
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(5.935)
OUTROS ATIVOS	200
IMOBILIZADO DE USO	2.009
INTANGÍVEL	148
DEPÓSITOS	(71.240)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(2.440)
OUTROS PASSIVOS	(9.566)
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	(36)
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(2.104)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(1.549)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(5.996)

Paulo Valério Nóbrega Ferreira De Melo  
Diretor Executivo  
CPF: 284.766.624-91

Lourival Lopes  
Diretor de Operações  
CPF: 006.724.118-22

Felipe Gurgel de Araújo  
Diretor de Negócios  
CPF: 910.157.314-49

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20